

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



16/07/2019
TERÇA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





TESOURO NACIONAL

Goiás deixa de pagar R\$ 131 mi em junho

A União bancou R\$ 1,262 bilhão em dívidas de governos estaduais em junho, de acordo com dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. O valor se refere a R\$ 610,45 milhões em débitos não pagos pelo Rio de Janeiro, R\$ 520,36 milhões em dívidas de Minas Gerais e R\$ 131,21 milhões em calotes do governo de Goiás.

No primeiro semestre de 2019, o governo federal precisou desembolsar R\$ 4,246 bilhões para honrar dívidas dos três Estados que têm garantias da União. O rombo maior vem de Minas Gerais, cujos calotes neste ano já alcançam R\$ 2,124 bilhões, seguido pelo Rio de Janeiro, com R\$ 1,990 bilhão.

Embora o custo para a União

sm

com essas garantias seja crescente, o Tesouro está impedido de bloquear os repasses para os três Estados. No caso do Rio de Janeiro, porque o governo estadual aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados ainda em 2017. Nos casos de Minas Gerais e Goiás, porque os governos estaduais conseguiram decisões judiciais que impe-

dem a execução das contragarantias pela União nessas operações. Em resposta, a Secretaria de Economia do Estado de Goiás enviou nota em que "esclarece que não houve calote à União, mas uma suspensão de pagamento do serviço da dívida, por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal". (Agência Estado com Redação)



DIREITO & JUSTIÇA



**Helder
Barbosa**

holder.barbosa@opopular.com.br

Justiça nega repasso de cota de incentivo

O Juiz Denis Lima Bonfim julgou improcedente pedido do município de Porangatu que pleiteava o repasse de mais de R\$ 50 milhões do Estado de Goiás referentes à participação do município sobre a arrecadação de ICMS relativo aos programas de incentivo fiscal. O magistrado acolheu os argumentos apresentados pela Procuradoria-Geral do Estado de que o STF fixou nova tese sobre o assunto e condicionou o repasse do ICMS à efetiva entrada da verba no Tesouro Estadual. O Juiz ponderou que “há um precedente a ser considerado, RE 705423/SE, como paradigma em casos como o presente, onde não houve efetiva arrecadação de ICMS por parte do Estado de Goiás em razão dos benefícios concedidos pelos programas de isenção/postergação fiscal”. “Trata-se de importante precedente”, avalia a procuradora do Estado Ariana Garrett Alcântara.



Educação paga 42% da folha a inativos

Gastos com inativos e pensionistas da Secretaria da Educação chegam a R\$ 150,8 milhões. Total da folha da pasta em junho foi de cerca de R\$ 358,9 milhões

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

Um levantamento realizado pelo O Hoje mostra que a Secretaria de Estado da Educação (SEED) gasta 42% da folha de pagamento com inativos e pensionistas. O total geral da folha de pagamento da Secretaria no mês de junho foi de R\$ 358.989 milhões enquanto os gastos com inativos, pensionistas e pensionistas especiais chegam a R\$ 150.869 milhões. Os servidores ativos da secretaria ficam com os R\$ 57,9% restantes, totalizando R\$ 208.119 milhões. Na educação são 35.716 mil aposentados e 3.794 mil pensionistas. Já o total de servidores ativos na pasta chega a 46.933 mil. O total de servidores ativos e inativos na pasta chega a 86 mil.

Já na os inativos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) consomem 32,39% da folha de pagamento total da pasta. A folha de pagamento do mês de junho da pasta foi de R\$ 69.368 milhões. A folha de pagamento dos pensionistas da saúde custou R\$ 22.469 milhões. O total de servidores ativos e inativos na saúde é de 12.872 mil. Desses, 5.352 mil são aposentados ou pensionistas enquan-



Denise Xavier

Secretária da Economia, Cristiane Schmidt tem realizado suplementação de créditos para gerir recursos do Estado

to os ativos totalizam 7.520 mil servidores.

Em Goiás, os números de servidores inativos são de 54.482 aposentados e 11.433 pensionistas (dados de janeiro/18), segundo dados da GoiásPrev. O déficit previdenciário no Estado em dezembro de 2018 chegou a R\$ 210.296 milhões. Durante todo o ano de 2018, o governo estadual precisou retirar R\$ 2.355 bilhões dos cofres para sanar a dívida com o Regime Próprio de Previdência.

O Regime Próprio de Previdência da Previdência Social (RRPS) do Estado de Goiás sofreu um aumento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado. O rombo nas contas públicas do estado chegou a R\$ 1,3 bilhão neste período, consumindo 17,44% da

arrecadação nos quatro primeiros meses do ano.

A GoiásPrev projeta ainda um acréscimo de R\$ 77.830 milhões caso os 11.989 servidores e militares do Poder Executivo fiquem inativos até dezembro de 2022. Estima-se que até o final do ano sejam acrescentados nas contas do GoiásPrev mais 9.270 civis além de 2.728 militares.

A folha de inativos e pensionistas de maio deste ano girou em torno de R\$ 423.960 milhões. São 66.673 mil beneficiados, divididos entre 55.097 inativos e 11.576 pensionistas.

O aumento das despesas previdências do RRPS se dá, segundo a GoiásPrev, através “do inegável aumento da expectativa de sobrevida da população e às novas concessões de aposentadorias”, explica.

O RRPS que contempla os servidores da ativa e inativa além de pensionistas do serviço público registrou um déficit de R\$ 1,3 bilhão nos primeiros quatro meses deste ano. O valor corresponde a 17,44% da receita corrente líquida no mesmo período.

Ainda sem uma definição se os estados e municípios serão integrados na reforma da Previdência, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), já adianta a possibilidade e o interesse em discutir uma reforma do sistema previdenciário em Goiás. Ao O Hoje, Lissauer Vieira (PSB) afirma que o poder Executivo e o Poder Legislativo estão se preparando para debater a pauta. Para isso, o economista e especialista em Previdência, Paulo Tafner, vem trabalhando

para levantar os números da previdência em Goiás. “Eu tive um almoço com o fórum empresarial e eles colocara a disposição vários técnicos para poder apresentar dados e números para o poder legislativo. Estou totalmente aberto para sentar com todos os poderes, com a sociedade civil organizada, com o fórum empresarial para poder liderar esse processo”, afirma.

Lissauer acredita que é o momento ideal para discutir a matéria. “Espero que no próximo semestre o governo do estado já possa criar essa discussão para debater e aprovar a previdência em Goiás. Não dá para sobreviver com o prejuízo, hoje se tira R\$ 200 milhões do caixa do estado para pagar a previdência e isso um dia vai estourar”, completa.



Estado suplementa R\$ 407 milhões

Para pagar fundo da previdência, Governo de Goiás faz manobras orçamentárias de acordo com as prioridades

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

Foi divulgado no Diário Oficial do Estado de Goiás (DOE) na edição de ontem (15) uma portaria da Secretaria de Estado da Economia destinando R\$ 407 milhões em créditos suplementares para que o Governo de Goiás destine para pastas prioritárias, como a da previdência, onde foi aberto R\$ 139 milhões em suplementação.

Para chegar ao valor, houve redução de R\$ 315,3 milhões, onde a titular da pasta, Cristiane Schmidt, buscou alternativas orçamentárias para chegar aos valores de prioridades. R\$ 92 milhões a mais, sem reduções a serem remanejadas pela pasta.

A maior pasta afetada pelas diminuições dentro do Governo foi a Secretaria de Administração (Sead), que terá uma redução de 35,45% do empen-



Governo de Goiás está exercendo limite de créditos suplementares que foram aprovados na LOA de 2018

no previsto. Ao todo foram R\$ 129 milhões em contração.

As principais áreas afetadas pela redução de recursos foram: o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e da Sead. R\$ 46,8 milhões e 129,5 respectivamente. Maior parte dos recursos destas reduções foram destinados para o fun-

do previdenciário, que teve um abertura de mais de R\$ 100 milhões. O valor referente a redução do MPGO foi em sua totalidade para esta finalidade, R\$ 92,2 milhões da Sead e outros R\$ 100 mil, do próprio regime previdenciário fazem parte deste quantitativo total.

Restituição

O Órgão mais afetado dentro da Sead foi o Vapt Vupt, que teve uma redução de R\$ 32,1 milhões, sendo que 27,9 milhões são de parcerias público-privadas para centrais de atendimento ao cidadão. Ainda foi acrescido no Órgão, um acréscimo de R\$ 4,1 milhões em

uma das aberturas de créditos suplementares para a Sead. No entanto foram empregados R\$ 45,9 milhões, na Administração, sendo que houve a retirada de outras pastas.

Os valores reduzidos do MPGO correspondem a 36,6% do valor total, que estava previsto para R\$ 128 milhões.

Economia superavitária gerou créditos sem redução

Nesta portaria, foram publicadas 26 aberturas de créditos suplementares com as devidas restituições para que a readequação orçamentária da pasta. Sendo que em seis foram abertos créditos suplementares, sem a necessidade de redução.

Três destes sete em que houve uma maior abertura de crédito sem a necessidade de uma readequação financeira foram para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), que teve uma abertura de crédito no valor de R\$ 16,7 milhões.

Também foram repassados, sem restituição de outra pasta, valores para a o Fundo Estadual de Saúde (FES), que teve R\$ 980 mil de acréscimo; Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), que teve R\$ 120 mil; o Fundo de Modernização e Aprimo-

ramento Funcional da Alegria (Femal), com R\$ 924 mil; e da Secretaria de Estado da Educação (SEE), que obteve um crédito suplementar no valor de R\$ 2,7 milhões.

Nestes casos, DOA afirmou que houve superávit. "Recurso necessário à execução do disposto neste artigo é o caracterizado no inciso I do §1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior".

Ainda houve a suplementação para a R\$ 73,2 milhões para a Seapa. Este valor foi celebrado entre a União, pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, e o Estado de Goiás (Sudeco).

Autonomia

A Secretaria de Estado da Economia de Goiás afirmou que a partir de agora,

o Decreto 9.453/19, delegou competência à para proceder à abertura de créditos adicionais autorizados por lei. Antes, a abertura de créditos suplementares era da competência do governador do Estado, também por meio de decreto.

Em nota a pasta afirmou que estes créditos serão de responsabilidade da Secretaria da Economia de Goiás, que a partir deste decreto tem a competência para proceder a abertura desses créditos adicionais, via portaria. O objetivo é o de atender às demandas orçamentárias dos órgãos.

Ainda segundo a nota, estes valores foram orçados pela Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício de 2019, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 30% da despesa total prevista no orçamento.

Pasta faz manobras para abertura de créditos suplementares

Para a abertura destes créditos suplementares a titular da Pasta, Cristiane Schmidt, fez várias manobras para a adequação financeira de acordo com as prioridades definidas pela Secretaria de Estado de Economia.

Em 20 das aberturas de créditos houve esta readequação orçamentária. Na Secretaria de Administração (Sead), mais afetada pelas reduções, para que fossem abertos os R\$ 40,8 milhões, boa parte dos valores saíram, como citado acima, do Vapt Vupt, que é 66% deste quantitativo. Para fechar ainda houve redução em diversas Pastas, entre elas, a vice-governadoria, com redução de R\$ 800 Mil, e na Celebração de Convênios com Municípios, que teve um orçamento de R\$ 138 mil.

O acréscimo de mais R\$ 960 mil na Sead só foi disponibilizado a partir da redução, de mesmo valor, na inovação e modernização de modelos e processos da gestão pública estadual.

Na Secretaria Estado da Educação (SEE) houve uma das maiores aberturas de créditos: R\$ 60 milhões. O valor foi obtido de reduções em apoio administrativo e em pessoal e encargos sociais. Ainda houve abertura de R\$ 11,5 milhões que foram divididos entre a Agência Estadual de Turismo, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), Secretaria de Economia e a Secretaria de Cultura. R\$ 5,1 milhões advindos de reserva de contingência e R\$ 2 milhões de

celebração de contratos com municípios.

Trânsito

Houve a abertura de R\$ 40 milhões para Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), que retraiu boa parte dos valores em formação e concretização do condutor no trânsito. Mais de R\$ 10 milhões. Também foi disponibilizada a abertura de mais R\$ 9,5 milhões na SSP, retirados de apoio administrativo da própria pasta.

Para a Economia, foi aberto R\$ 3,5 milhões, advindos do desenvolvimento de pesquisas aplicadas para o fortalecimento de cadeias produtivas da agropecuária.

Demais créditos

Parte dos créditos são menores do que R\$ 1 milhão de reais e tiveram alterações na própria pasta para onde os créditos serão implementados. Entre as pastas estão a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GoInfra), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), do próprio Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor (FEPPS), para o Fundo de Arte e Cultura.

Demais créditos

Parte dos créditos são menores do que R\$ 1 milhão de reais e tiveram alterações na própria pasta para onde os créditos serão implementados. Entre as pastas estão a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GoInfra), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), do próprio Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor (FEPPS), para o Fundo de Arte e Cultura.

Também houve remanejamento no Fundo Especial de Enfrentamento às Drogas (Fedro), na Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg), na Agência Brasil Central (ABC), na Controladoria-Geral do Estado, na Secretaria de Estado de Governo (Segov) e na Secretaria de Estado da Casa Militar.



Objetivo da medida é atender às demandas orçamentárias dos órgãos beneficiados